

**ACTA N.º 14/2009****Data da reunião extraordinária: 13-07-2009****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 11:05 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

Luís Filipe Mesquita Boavida  
João José Pescador de Matos Fanha Vieira  
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia  
Luís Manuel Antunes  
Carlos Manuel Godinho Matias

**Outras Pessoas:****Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:** Maria João Gil dos Santos Grácio**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria:****Operações Orçamentais:****Operações não Orçamentais:**

## **ESTRATÉGIA DESENV. 2020 - PLANO ACÇÃO 2013**

### **RELATÓRIO FINAL DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 2020 E PLANO DE ACÇÃO 2013 DO ENTRONCAMENTO**

- Na sequência da reunião de 21 de Julho de 2008, foi presente o Relatório Final da Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Acção 2013 do Entroncamento, elaborado por Augusto Mateus & Associados – Sociedade de Consultores, Lda.

- Após, a intervenção dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Luís Antunes e Carlos Matias, que apresentou a intervenção que abaixo se transcreve, o Exmo. Presidente teceu alguns considerandos sobre o mesmo.

#### **A SABER:**

«O estudo que nos foi entregue há uma semana --- mais de oitenta páginas de informação agregada, muitas ideias e várias propostas --- é um trabalho interessante, que deve merecer a atenção de autarcas e de todos os que pensam o nosso concelho.

Terá demorado, certamente, muito tempo a ser elaborado, pois é evidente o trabalho de compilação de dados a partir de várias fontes, de reflexão sobre a realidade local e de alinhamento das propostas. Desconheço quando é que a Câmara o encomendou e gostaria de saber quanto terá custado aos cofres da autarquia, pois trata-se de um trabalho de monta.

Trata-se, portanto, de um documento importante que surge agora, a abrir o debate pré-eleitoral para as próximas eleições autárquicas, já marcadas pelo Governo para o próximo dia 11 de Outubro.

Da escassa semana que dispusemos para analisar o documento ninguém de bom senso esperará com certeza uma análise aprofundada e definitiva. Tal só seria possível pelo estudo e debate colectivos, arrecadados à partida pela escassez do tempo concedido e pela impossibilidade prática de auscultar em período de férias todos os que deveriam ser ouvidos, num normal debate democrático dentro de um partido político. Pelo menos, é assim que o Bloco de Esquerda trabalha.

A esta luz, devem entender-se as apreciações seguintes como uma primeira aproximação crítica à estratégia que nos é proposta.

Em primeiro lugar parece-nos redutora a visão proposta para o nosso concelho, ao subalternizar o cluster ferroviário. Para nós, o caminho de ferro deverá ser, no futuro, muito mais do que um simples ex-libris ou factor identitário a partir das memórias. O caminho de ferro deverá continuar a ser um factor de desenvolvimento local, gerador de empregos, associados à ferrovia do futuro, à construção, reparação e manutenção de equipamentos e material circulante, à investigação e ao ensino superior neste domínio.

Não nos associamos à visão limitada que nos é proposta e mantemos que o parque ferroviário, o conhecimento acumulado e a experiência são uma realidade a manter e um capital com futuro. O caminho de ferro volta a ser encarado como uma muito válida alternativa de transporte, competitivo no plano económico e ecologicamente sustentável. Não podemos colocar-nos à mesma margem desse ressurgimento.

Isto não contraria em nada a nossa convicção de que é válida a aposta estratégica no Museu Ferroviário, nos termos em que é apresentada. Assim como, numa primeira leitura, nos parecem interessantes as ideias explanadas sobre a

configuração que deve assumir a nova estação ferroviária, articulando o terminal multimodal, o comércio e os serviços.

No entanto, identificadas as limitações do comércio tradicional, com vários gráficos ilustradores, esperávamos encontrar num estudo desta natureza mais propostas concretas quanto ao seu fomento e modernização. Ou não aparecem ou parecem-nos francamente limitadas. Esta é uma linha de preocupações que nos obrigará a procurar mais respostas.

O diagnóstico social e económico do concelho evidencia um conjunto de indicadores relevantes. Destacamos o elevado peso demográfico dos jovens e o elevado número de residentes com formação superior.

No entanto, quanto aos jovens, estes parecem ser vistos unicamente na óptica de um mercado específico, a quem se tem de proporcionar alguns empregos de nova geração e espaços para desporto. Os jovens não parecem ser encarados, eles próprios, como um factor de transformação, de criatividade e de revigoração social. Por exemplo, do seu elevado número deveria retirar-se a conclusão de que uma Casa da Juventude (ou equipamento similar) é mesmo necessária, proporcionando espaços para a sua criatividade e vivências próprias. E deveria ficar evidente que a falta do ensino superior no nosso concelho é uma lacuna grave. Mas não: pelo que nos é dito, apenas devemos aspirar a um “ensino básico de excelência”. Ensino básico de excelência é uma condição necessária ao desenvolvimento, aqui e em qualquer ponto do país, mas é uma condição suficiente, como marca diferenciadora do concelho.

Já o elevado nível académico de muitos munícipes exigiria uma nova Biblioteca, com dimensões e recursos, que constituísse um forte pólo de actividade cultural. Curiosamente, ainda a propósito de espaços culturais, não registamos referência à recente decisão de adquirir o Estúdio 121 --- uma decisão que, de resto, sempre nos pareceu à margem de qualquer gestão integrada destes espaços. Também o novo auditório da Junta de Freguesia de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Fátima é esquecido, uma omissão incompreensível, dado o empenho posto por esta Junta de Freguesia na construção do novo edifício.

Uma das preocupações vincadas no estudo, com implicações no Plano de Acção, é de requalificação do espaço urbano. Preocupação acertada, perante o conhecido quadro de desordenamento urbano.

No entanto, esta desordem é atribuída unicamente ao rápido crescimento urbano da cidade. Ou seja, seria como que uma fatalidade, sem nada a ver com a ausência ou má qualidade dos instrumentos de gestão territorial ao nível do concelho e sem a permissividade e o deixa andar que têm reinado. E, agora, sem nada a ver com a continuada abdicação de áreas de cedência que comprometem o futuro.

Talvez por isso, a “função planeamento urbano” à escala local seja ignorada pelo estudo. Pelos vistos, para os autores do estudo, não será essencial um bom PDM, não será importante ter planos de urbanização e planos de pormenor.

Há, além disso, uma realidade da nossa dimensão social que é ignorada pelo estudo. É a da diversidade cultural e étnica dos munícipes, propiciadora ao surgimento de algumas tensões, a exigirem reflexão e medidas específicas --- que não são propostas.

Os cidadãos do concelho aparecem quase unicamente como utentes de um sistema complexo, nunca como agentes de transformações necessárias, a exigir a sua participação organizada. Talvez por isso, não existem referências aos criadores locais e ao movimento associativo e ao seu importante papel.

A promoção da inclusão e da participação cidadã são preocupações que têm de ser incorporadas, numa visão abrangente da actividade autárquica e nos seus planos de acção.

Ainda quanto ao conteúdo de relatório, quero, por fim, relevar dois aspectos. Refere-se detalhadamente, com abundante informação, à elevada complementaridade funcional entre o Entroncamento e Torres Novas. O diagnóstico permite-nos aperceber da real dimensão de uma realidade de que apenas tínhamos uma preocupação empírica.

Como consequência lógica, deverá ser repensada a ligação em transportes públicos entre as duas cidades, encarando novas formas de resolver o problema. Regista-se (e bem) que, conjuntamente, já constituímos uma conurbação com 50 mil habitantes e com tendência para aumentar. Não haverá aqui já uma massa crítica que justifique a adopção de outras soluções, já experimentadas noutros locais?

Finalmente, o estudo insiste na “Porta Norte”, como área de localização empresarial do Médio Tejo, num espaço junto à A1 e à A23. Em alternativa, já defendemos várias vezes e voltamos a insistir que seria preferível a construção de um Parque de negócios no “coração” do Médio Tejo e não na sua periferia. A própria Assembleia Municipal do Entroncamento já se pronunciou neste sentido, o que permitiria uma mais justa repartição dos benefícios pela cidade polinucleada do Médio Tejo, tantas vezes mencionada no texto.

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Um documento desta natureza e de tão largo alcance estratégico não se pode discutir e aprovar como o PSD pretende, numa semana para a outra, numa reunião extraordinária da Câmara.

Em quaisquer circunstâncias o futuro do concelho até 2020 exige debate e amadurecimento profundos. Permitam-me, aliás, que cite o próprio documento: “Em cada momento uma cidade enfrenta diferentes oportunidades e desafios que, a serem identificados por todos os agentes envolvidos --- famílias, empresas, poderes públicos --- poderão indicar qual a estratégia a seguir (...)”.

Os agentes foram ouvidos? Todos? Quais? Houve alguma apresentação e debate público? Que participação tiveram os cidadãos nesta discussão? Houve tempo e condições para incorporar sugestões e responder a preocupações legítimas “dos agentes envolvidos”? É óbvio que não.

Então qual o motivo para tanta pressa? Seria bom que tal fosse totalmente esclarecido.

Mas há ainda uma razão adicional para que a reunião de hoje não possa ser o fecho do debate, mas apenas o seu início. É que estamos em período pré-eleitoral, esse sim, o tempo adequado para que todas estas importantes questões sejam apresentadas e debatidas publicamente, confrontando projectos e ideias.

Além disso, ninguém nesta Câmara tem mandato para decidir sobre a estratégia até 2020, pois ninguém a inscreveu no seu programa.

Qualquer decisão hoje, nesta Câmara e sobre este assunto, é um atropelo e um desrespeito pelos eleitores a quem livremente e sem pressões cabe decidir sobre o futuro do concelho, em 11 de Outubro. Não se pode fechar já um debate que mal chegou a abrir, e isto sem prejuízo das apreciações que qualquer de nós possa desde já emitir como contributo para essa discussão.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, se este texto é um contributo para a reflexão sobre o futuro do concelho, muito bem, ele faz todo o sentido. Os cidadãos e os partidos reflectirão sobre ele e poderão daí extrair o que considerem mais valioso, para incorporar nos seus programas. Têm todo o direito de o fazer, pois o estudo foi pago por todos.

Se, além disso, o PSD insistir em levá-lo a votação de uma semana para a outra, num acto que dadas as circunstâncias, consideramos ferido de legitimidade democrática, neste momento, nós não votaremos e desde já solicitamos que seja registada em acta a nossa ausência no momento da votação.»

- Posto isto, os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Luís Antunes e Carlos Matias, abandonaram a sala e sem a presença da Vereadora Sr.<sup>a</sup> Maria João Grácio, não foi votado o documento, por falta de Quórum, pelo que será agendado para a próxima reunião.

### **ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

#### **ENCERRAMENTO DE REUNIÃO**

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Técnica na Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.